



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 52, DE 2024

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o volume de pagamentos feitos pelas Prefeituras Municipais ao RGPS mês a mês nos anos de 2022, 2023 e 2024, a fim de se avaliar os primeiros impactos da política de desoneração da folha de pagamentos dos municípios após a edição da Lei nº 14.784/2023.

AUTORIA: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



Página da matéria



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Angelo Coronel

REQUERIMENTO N° DE - CAE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o volume de pagamentos feitos pelas Prefeituras Municipais ao INSS mês a mês nos anos de 2022, 2023 e 2024, a fim de se avaliar os primeiros impactos da política de desoneração da folha de pagamentos dos municípios após a edição da Lei nº 14.784/2023.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o volume de pagamentos feitos pelas Prefeituras Municipais ao INSS mês a mês nos anos de 2022, 2023 e 2024, a fim de se avaliar os primeiros impactos da política de desoneração da folha de pagamentos dos municípios após a edição da Lei nº 14.784/2023.

JUSTIFICAÇÃO

A desoneração da folha de pagamentos dos municípios é tema que tem provocado idas e vindas entre a visão do Governo e a adotada pelo Congresso Nacional. A edição da Lei nº 14.784/2023 e a derrubada do voto apostado pelo Executivo, e a posterior edição de Medidas Provisórias contrárias ao decidido pelo Congresso denotam que é preciso avaliar os números da arrecadação anteriores à

Lei 14.784/2023 e os números posteriores a ela. Já encerrado o primeiro trimestre de 2024, cremos já ser possível observar padrão de arrecadação que indique o acerto da posição escolhida pelo Congresso Nacional e o incentivo ao pagamento por parte dos municípios, ou se houve efetivamente uma frustração de receita que justifique as preocupações trazidas pelo Executivo.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2024.

Comissão de Assuntos Econômicos